Consolidado

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.608	1.608
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	52.946	52.946
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	22.351	22.351
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.556	4.556
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	40.705	40.705
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	376.307	376.307
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	10.865	10.865

(ii)Empairment de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dívida mensurada ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii)Transição

Dado as características existentes de ativos e passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017 (período comparativo), as mudanças nas políticas contábeis da adoção do CPC 48 não impactaram em nenhum efeito na aplicação retrospectiva do novo modelo de classificação e consideração o desconto atados. A Companhia e suas controladas também não identificaram alterações materiais na mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável de ativos financeiros) quando da aplicação da nova norma.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data de aplicação inicial:

•A determinação do modelo de negócio aplicável para os ativos financeiros mantidos; e

•A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, então, a Companhia e suas controladas presumiram que o risco de crédito do ativo não teria aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

7 Principais políticas contábeis

a Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais das controladas, as informações financeiras de controladas são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2018	2017
Supremo Cimentos SJA	Direto	96,53%	94,53%
Maggen Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

(i)Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional do valor justo dos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada e qualquer ágio de fundo de comércio e outros registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que ela a perde de controle.

(iii)Eliminação na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não-monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante da mudança de valor), sendo o valor apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial dentro dos itens "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicáveis.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando há uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Instrumentos financeiros

(i)Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii)Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no período de relatório em que a Companhia e suas controladas mudam o seu modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

•É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

•Os termos contratuais do instrumento em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

•É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros;

•Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os outros ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente uma incompatibilidade contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual a carteira é gerida e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

•As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência da duração dos ativos financeiros com a duração dos passivos que financiam os ativos ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

•Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.

•De riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

•A remuneração dos gestores da Companhia e suas controladas que são baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

•A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos das vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa foram gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. O "juros" é definido como a consideração pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixas contratuais de forma que não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

-Eventos contingentes que modificariam o valor ou o apoios dos fluxos de caixa;

-Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

-Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

-O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

-Termos que limitam a Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é considerado com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento representa, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) que representem essencialmente os valores contratuais e o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. Juros, ganhos cambiais e perdas por impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias:

•Empréstimos e recebíveis; e

•Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Empréstimos e recebíveis	**Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.**
Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfiram ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Por ocasião do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transfiram pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv)Compensação

Ao ativo ou passivo financeiro são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, se, e somente se, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v)Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de fabricação (baseadas na capacidade de trabalho com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados pelo valor em uso, valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor de depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído **dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para as CPC/IFRS.** O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo incluí no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição substanciais e substituídas, quando for provável que os benefícios futuros de benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os custos reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva de viabilidade técnica e viabilidade econômica de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados e classificados como "Jazidas minerais". Após o início da fase de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii)Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade de minério a ser extraído da mina, que foi estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor residual através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a data do último balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda, com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem o direito de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que engrenam a constituição de arrendo para obrigações por descontinuação do ativo.

Intangível

(i)Software

Componente custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos e perdas por data de início de sua utilização.

(ii)Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ativo a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de aquisição de direção, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(iii)Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ativo a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de aquisição de direção, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(iv)Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

(v)Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

(vi)Ativos intangíveis

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação de valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é reduzido imediatamente para o valor recuperável. Os ativos não testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revistos para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(vii)Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

k.Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

l.Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

m.Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital compreendem valores recebidos dos acionistas da Companhia como forma de reforçar a sua estrutura de capitais. Os valores serão convertidos em capital social considerando uma quantidade fixa de adiantamento por determinado período de tempo.

n.Reconhecimento de receita

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve impacto na aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15 vide nota explicativa 5.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos e prestação de serviços no curso das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(i)Venda de produtos

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao cliente, conforme os contratos de cliente, conforme for o caso.

(ii)Prestação de serviços

As vendas da prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimento de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

(iii)Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetivo.

o.Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (construtiva obrigatório) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, que pode ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações correntes do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

o.Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os montantes de ativos e passivos para fins de tributação. As alíquotas que devem ser aplicadas à diferença do exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

•diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

•diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

•diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, o lucro tributável futuro, ajustado por diferenças temporárias que são reversíveis das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócio da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem reversíveis, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p.Arrendamentos

(i)Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação ao termo de um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo da cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluírem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; posteriormente, o passivo é reduzido à medida que os pagamentos são feitos e um ônus financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

(ii)Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Custos iniciais diretos em arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(iii)Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte do montante total dos gastos com arrendamento, ao longo do período do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

q.Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não adotou essas alterações na preparação das demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06/IFRS 16 - Arrendamentos não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial considerando que a Companhia não possui, atualmente, contratos de arrendamento operacional de longo prazo.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá ativos e obrigações adicionais de arrendamento de R$ 2.220 mil em 1º de janeiro de 2019.

r.Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

•IFRIC 23/ICPC22 Incertezas sobre Tratamentos de Tributos sobre Lucro.

•Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).

•Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18/IFRS2).

•Planos de Benefício a Empregados ou Liquidação do Plano (Alteração no CPC 33).

•Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

Alterações nas referências a estrutura conceitual nas normas IFRS.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otmar Hübscher
Presidente

João Luis Barbosa Pereira de Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Medeiros Abreu
Conselheiro

Gonçalo de Castro Salazar Leite
Conselheiro

DIRETORIA

Otmar Hübscher
Diretor Presidente

Paulo de Andrade Nascentes da Silva
Diretor

Luis Henrique Marques Vidas Nabais
Diretor

CONTADOR

Fabricio Vottolato
CRC PR 030216/O-0

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Brasil estão a disposição dos acionistas, dos formais, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referem-se, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Consolidadas.